

**CONTRATO CEDAE Nº 201 /2020 (DSG)**

que entre si celebram a **COMPANHIA  
ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)**  
e a **INNOVATIVE WATER CARE INDÚSTRIA E  
COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS  
BRASIL LTDA.**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655 – Cidade Nova – CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.352.394/0001-04, neste ato por meio de seu Diretor Presidente, Sr. RENATO LIMA DO ESPÍRITO SANTO e do Diretor de Saneamento e Grande Operação, Sr. FERNANDO SÉRGIO MANCILHA NEVES, e do seu doravante denominada **CEDAE**, e a **INNOVATIVE WATER CARE INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUIMICOS BRASIL LTDA.**, localizada na Rod. PE 41, Km 6,5, Bairro Araripe, Igarassu/PE, CEP:53.659-899, inscrita no CNPJ sob o n.º 43.677.178/0010-75, neste ato por meio de seu Diretor ao final assinado, Sr. GUSTAVO VILLAÇA GARCIA DE FIGUEIREDO, brasileiro, engenheiro químico, portador da cédula de identidade RG nº 12.932.512-0 SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 081.201.818-40, residente e domiciliado na Rua José Oliveira Coelho, 685, bloco B, Candeia ,ap.72, Vila Andrade, São Paul/SP, CEP:05727-240, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato com fundamento no **Processo Administrativo E-12/800.118/2019**, mediante **Pregão Eletrônico nº 684/2020**, que se regerá pelas normas da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo que dispõe o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEDAE – RILC, pelos preceitos de direito privado, pelas normas da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual nº 31.864, de 16/09/2002 e pela Lei Complementar Federal nº 123/06, estando sujeito às disposições da Lei Estadual 7.539 de 27 de março de 2017, além das demais disposições legais aplicáveis, pelos preceitos de direito privado, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a **“AQUISIÇÃO DE HIPOCLORITO DE CÁLCIO EM TABLETES COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS EM REGIME COMODATO”**, conforme Termo de Referência, que passa a integrar a presente contratação embora não transcrito.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO**

O prazo de vigência contratual será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data indicada na Ordem de Fornecimento, que poderá ser emitida após a assinatura deste instrumento.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os fornecimentos intermediários observarão o Termo de Referência, e ocorrerão conforme demanda emitida em ordem escrita pela **CEDAE**, que deverá ser atendida no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Esta contratação poderá ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos até o limite de 5 (cinco) anos totais de vigência, desde que observados os requisitos constantes do art. 120 do RILC.



**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Se a necessidade da **CEDAE** em relação ao produto químico contratado se mostrar inferior à quantidade inicialmente estimada, considerar-se-á concluído o objeto ao final do prazo de vigência contratual, ainda que haja saldo do produto a ser entregue.

**PARÁGRAFO QUARTO** - No caso previsto no parágrafo anterior, a **CONTRATADA** fará jus ao recebimento apenas do valor referente à quantidade efetivamente entregue, sem direito a qualquer outra indenização por perdas e danos.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE**

Constituem obrigações da **CEDAE**:

- a) efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, vinculados à execução satisfatória do presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) aceitar provisória e definitivamente o objeto do contrato.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) entregar os bens observando a quantidade, qualidade, local e prazos especificados no termo de referência desta contratação, cujo teor integra o presente ajuste;
- b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para a **CEDAE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como transporte, frete, embalagem, testes, seguros, carga e descarga e ainda quaisquer tributos de qualquer natureza que incidam sobre o fornecimento ora pactuado;
- c) manter em estoque um mínimo de bens necessários à execução do contrato;
- d) comunicar o Fiscal do contrato, por escrito, sobre qualquer problema ou impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- e) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte, e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- f) indenizar todo e qualquer prejuízo causado à **CEDAE** ou a terceiros pela má execução do contrato;
- g) atender, em prazo razoável, a todas as determinações formuladas pela Comissão de fiscalização da **CEDAE**; e
- h) manter as condições de habilitação e qualificação inicialmente exigidas para esta contratação

durante todo o período de vigência contratual.

l) atender todas as determinações da fiscalização da **CEDAE**;

j) responder pelo contrato na forma da lei.

k) A Contratada deverá adotar, no que couber, práticas de sustentabilidade, nos termos do artigo 6º do Decreto Estadual nº 43.629 de 05 de junho de 2012.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DO CONTRATO

A **CONTRATADA** se obriga a executar o objeto em regime de fornecimento contínuo, pelo preço de **R\$ 34.125.672,00 (trinta e quatro milhões, cento e vinte e cinco mil, seiscientos e setenta e dois reais)**, conforme proposta da contratada autuada às fls. 397 a 399 do processo administrativo referência e tabela abaixo.

QUANTIDADE	UNIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
193.080 KG	UT ENGENHO DE DENTRO	R\$ 14,00	R\$ 2.703.120,00
190.200 KG	UT BATALHA	R\$ 14,00	R\$ 2.662.800,00
138.000 KG	UT XEREM I	R\$ 14,00	R\$ 1.932.000,00
127.200 KG	UT TINGUÁ	R\$ 14,00	R\$ 1.780.800,00
150.420 KG	UT MATIQUIRA	R\$ 14,00	R\$ 2.105.880,00
144.000 KG	UT RIO D'OURO	R\$ 14,00	R\$ 2.016.000,00
153.816 KG	UT SÃO PEDRO	R\$ 14,00	R\$ 2.153.424,00
27.832 KG	UR IMUNANA	R\$ 14,00	R\$ 389.648,00
327.000 KG	ETA PIRAI	R\$ 14,00	R\$ 4.578.000,00
171.000 KG	ETA RIO PRETO	R\$ 14,00	R\$ 2.394.000,00
249.000 KG	ETA MACAÉ	R\$ 14,00	R\$ 3.486.000,00
121.000 KG	ETA SÃO JOÃO DA BARRA	R\$ 14,00	R\$ 1.694.000,00
113.000 KG	ETA MIRACEMA	R\$ 14,00	R\$ 1.582.000,00
332.000 KG	ETA RIO BONITO	R\$ 14,00	R\$ 4.648.000,00
<b>VALOR TOTAL</b>			<b>R\$ 34.125.672,00</b>

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O preço ajustado inclui o lucro e todos os custos dos serviços, sejam diretos ou indiretos, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por toda e qualquer despesa ainda que não prevista textualmente neste Contrato, inclusive a que decorrer de ato ou fato que implique em transgressão ou inobservância de qualquer dispositivo legal ou regulamentar, federal, estadual ou municipal.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2020, assim classificados:

Programa do Trabalho: 1200226064  
 Código Orçamentário: 33903021  
 Fonte de Recursos: 10  
 Conta Contábil: 411110207  
 Centro de Custos: DP22020000  
 ID da Reserva Orçamentária: 2020000742.

## CLÁUSULA SEXTA – CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO

O(s) pagamento(s) à **CONTRATADA** será(ão) realizado(s) no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados (de cada/do) recebimento provisório previsto na cláusula décima quinta, conforme cronograma financeiro inserido à fls. 480 do processo administrativo de referência.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A **CONTRATADA** é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados. Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação serão recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 05 (cinco) dias, para ratificação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A fiscalização efetuada pela **CEDAE** não excluirá ou atenuará a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a eximirá de manter fiscalização própria.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A verificação, pela Comissão de Fiscalização, de qualquer irregularidade no(s) objeto(s) entregue(s) **impedirá o seu recebimento provisório**, ficando consequentemente suspenso o prazo para pagamento, que somente voltará a correr quando solucionado o problema.

**PARÁGRAFO QUINTO** - A suspensão do prazo para pagamento será efetuada na data em que ocorrer a notificação formal da **CONTRATADA** acerca da irregularidade/pendência constatada, podendo ser realizada por meio de correspondência eletrônica.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Os pagamentos devidos serão efetuados pela **CEDAE** mediante crédito em conta bancária indicada pela **CONTRATADA** no banco **BRADESCO**, ficando autorizada a indicação de outra conta somente quando justificada tal impossibilidade.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste contrato, serão feitos mediante desconto de 2% (dois por cento) ao mês, *pro rata die*. **Os juros e a atualização previstos neste parágrafo não correrão durante o período de suspensão do prazo para pagamento.**

## CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação na execução deste contrato.

**CLÁUSULA OITAVA – DA IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DO CONTRATO PELA SUPRESSÃO**

O atraso, a tolerância ou a omissão da **CEDAE** no exercício de suas prerrogativas jamais ensejará a modificação automática das cláusulas avençadas, não sugerindo qualquer renúncia de direitos por parte desta que poderá exercê-los a qualquer tempo.

**CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

Este contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes, formalizado por meio de Termo Aditivo, com observância do disposto nos art. 209 a 211 do RILC.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – As alterações que se fizerem necessárias nas quantidades ou qualidade do serviço contratado deverão observar os limites do §1º do art. 81 da Lei 13.303/2016.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE**

O valor contratado poderá ser reajustado a cada 12 meses pelo IGPM, iniciando-se a contagem deste prazo a partir da data da proposta (lo), conforme a expressão matemática a seguir.

$$R = \frac{Po [I - lo]}{lo}$$

R = Valor do reajustamento

Po = Preço Contratual

I = IGPM correspondente ao mês do reajustamento

lo = IGPM correspondente ao mês da data da proposta.

a) Observada a periodicidade, a aplicação do reajustamento obedecerá ao cronograma de serviços em vigor.

b) O valor do reajustamento será objeto de fatura própria, separada daquela referente à medição dos serviços/obra.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A CONTRATADA terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para iniciar o procedimento necessário ao reajuste de seus preços, contando-se este prazo a partir da divulgação do índice contratualmente ajustado. As anualidades que se completarem durante o curso da licitação/contratação deverão ser pleiteadas no mesmo prazo, contados da assinatura do contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O reajuste deverá ser formalmente solicitado por meio de e-mail ou de documento da CONTRATADA dirigido à Comissão de Fiscalização, registrado no Protocolo Geral da CEDAE, e deverá vir acompanhado dos cálculos, conforme art. 198, §1º do RILC.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A inércia da CONTRATADA em iniciar o procedimento de reajuste no prazo acima fixado importará em decadência do seu direito de pleiteá-lo, relativo à correspondente anualidade.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Consideram-se “anualidades” os sucessivos períodos de 12 (doze) meses, contados a partir da data da proposta (lo).

**PARÁGRAFO QUINTO** - O procedimento de reajuste seguirá o disposto no art. 194 e seguintes do RILC.

**PARÁGRAFO SEXTO** - As partes concordam, desde já, que o valor apurado a título de reajuste poderá ser negociado entre elas para permitir a aplicação de descontos em favor da CEDAE.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitarão a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que lhe couber, na forma do Procedimento para aplicação de sanções administrativas nas licitações e contratos executados no âmbito da CEDAE às penalidades seguintes:

a) advertência;

b) multa administrativa;

c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a CEDAE por prazo não superior a 2 (dois) anos;

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b" do caput desta cláusula, serão impostas pelo Diretor responsável, na forma do art. 21, §1º, do Procedimento de aplicação de sanções da CEDAE.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a CEDAE, previstos na alínea "c" do caput desta cláusula, será imposta pelo Diretor Presidente desta Companhia, na forma do art. 21, parágrafo terceiro, do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A multa administrativa, prevista na alínea "b" do caput, será aplicada à CONTRATADA pelo descumprimento de suas obrigações acessórias, observando o que segue:

i) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento), aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;

ii) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;

iii) O somatório das multas administrativas deverá observar o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.

iv) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade; e

v) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso, com



a multa rescisória e com a multa por descumprimento da implementação do Programa de Integridade, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa.

**PARÁGRAFO QUINTO** - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput desta cláusula, será aplicada conforme as disposições do art. 9º do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE, observando o seguinte:

- i) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- ii) sem prejuízo de outras hipóteses, **deverá** ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito deste valor no prazo devido;

**PARÁGRAFO SEXTO** - A aplicação das penalidades acima referidas, em virtude das infrações contratuais retro mencionadas, não importará em renúncia, por parte da **CEDAE**, da faculdade de declarar rescindido o contrato, se assim entender conveniente ao interesse público.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à **multa de mora** por dia útil que exceder ao prazo estipulado, conforme percentuais abaixo:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso; e
- b) 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, até o limite máximo de 20%.

**PARÁGRAFO OITAVO** - As multas porventura aplicadas serão consideradas dívidas líquidas e certas, ficando a **CEDAE** autorizada a descontá-las das garantias prestadas, e caso estas sejam insuficientes, dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**; ou ainda, quando for o caso, cobrá-las judicialmente, servindo para tanto, o instrumento contratual como título executivo extrajudicial.

**PARÁGRAFO NONO** - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação de defesa.

- l) A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 10 (dez) dias úteis.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - Todas as multas previstas neste contrato, incluindo a rescisória e a multa por descumprimento da implementação do Programa de Integridade, serão somadas quando aplicadas cumulativamente, e terão como limite seus respectivos percentuais máximos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão com as consequências cabíveis.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A rescisão contratual poderá ocorrer por:

I - Ato unilateral e escrito, quando verificada a ocorrência de qualquer das situações descritas no art. 222 do RILC;

II - Acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de contratação, desde que seja vantajoso à CEDAE; ou

III - decisão judicial ou arbitral.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo administrativo que ensejou a contratação, sendo assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e ampla defesa.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Quando a rescisão ocorrer por interesse exclusivo da **CEDAE**, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, esta será ressarcida dos prejuízos que houver sofrido.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A rescisão por ato unilateral da **CEDAE**, quando justificada no descumprimento de obrigações contratuais por parte da **CONTRATADA**, acarretará a aplicação de multa rescisória, no percentual de 10% (dez por cento) calculada sobre o saldo reajustado do contrato, bem como a execução da garantia contratual e/ou a utilização dos créditos decorrentes do próprio contrato.

**PARÁGRAFO QUINTO** - A **CEDAE** se reserva o direito de cobrar indenização suplementar em juízo se ficar constatado que o prejuízo causado foi superior ao valor da multa rescisória aplicada, conforme autorização contida no art. 416, parágrafo único, *in fine*, do Código Civil.

**PARÁGRAFO SEXTO** - A rescisão contratual por acordo entre as partes será da competência da autoridade referida no art. 25 do RILC; enquanto a rescisão unilateral ficará a cargo do Diretor responsável pela contratação, conforme art. 15 do Procedimento Interno de Sanções da CEDAE.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - Caso a operação da CEDAE destinatária da prestação objeto deste contrato seja transferida a terceiros a qualquer título, por exemplo em subconcessões, o presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente, sem que a Contratada tenha qualquer direito a indenização ou compensação, mediante denúncia por escrito com 30 (trinta) dias de antecedência.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DA GARANTIA**

A **CONTRATADA** deverá prestar garantia contratual, optando por uma das modalidades previstas no §1º do art. 70 da Lei 13.303/16.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O comprovante deverá ser apresentado na Tesouraria da CEDAE, no 6º andar do prédio Sede, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do instrumento.



**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A garantia deverá ser prestada em percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com exceção apenas da caução em dinheiro, que poderá ser prestada em percentual inferior, correspondente a 1,5% (um e meio por cento).

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A garantia que vier a ser prestada na modalidade de seguro ou de fiança bancária deverá ser firmada de modo a abranger todos os prejuízos resultantes da execução deste contrato, decorrentes de conduta dolosa ou culposa da **CONTRATADA**, incluindo as multas pecuniárias aplicadas pela **CEDAE**.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Se da contratação resultar a transferência da posse direta de bens da CEDAE à **CONTRATADA**, em valor total superior a **R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**, será exigido, ainda, o **seguro multirriscos básico**, que conterà as seguintes coberturas adicionais mínimas: Danos Elétricos, Subtração de Bens e Mercadorias, Responsabilidade Civil de Operações, Responsabilidade Civil do Empregador, Equipamentos Estacionários e Móveis, cuja cobertura alcançará o valor total destes bens.

**PARÁGRAFO SEXTO** - A garantia somente poderá ser liberada após o recebimento definitivo do objeto, cabendo à **CONTRATADA** formular tal solicitação.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - A garantia que não for prestada em dinheiro deverá ser firmada com prazo de validade superior à vigência do contrato administrativo em, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias.

**PARÁGRAFO OITAVO** - A **CONTRATADA** se declara ciente de que as alterações de valor e/ou de prazo efetuadas no contrato importarão na necessidade de reforço e/ou prorrogação da garantia prestada, não se eximindo a **CONTRATADA** desta responsabilidade mesmo quando silente o aditivo formalizado.

**PARÁGRAFO NONO** - Nos casos em que os valores das multas vierem a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa e/ou de rescisão administrativa do contrato.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - A garantia que for prestada na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada conforme modelo constante do Anexo XI do edital.

**PARÁGRAFO DÉCIMO-PRIMEIRO** - O atraso da **CONTRATADA** em prestar ou revalidar a garantia autorizará a CEDAE a promover o bloqueio dos pagamentos devidos até o limite máximo de 5% (cinco por cento) do valor do contrato. Uma vez prestada a garantia, esta substituirá o bloqueio.

**PARÁGRAFO DÉCIMO-SEGUNDO** - O bloqueio efetuado com base no parágrafo anterior não gerará direito a nenhum tipo de compensação financeira à **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO DÉCIMO-TERCEIRO** - A **CEDAE** se ressalva o direito de pleitear em juízo as perdas e danos que não puderem ser reparados através da garantia prestada.

**CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DO RECURSO AO JUDICIÁRIO**

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a Juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

**CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – DA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA DO OBJETO**

A aceitação provisória nos contratos de aquisição ocorrerá conforme o número de parcelas de fornecimento, mediante o recebimento do material no almoxarifado da Companhia ou fora deste, observando-se os seguintes procedimentos:

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os materiais e equipamentos entregues no almoxarifado serão recepcionados e devidamente conferidos pelo Chefe do Almoxarifado. Em seguida, deverão sofrer inspeção técnica por parte do Departamento de Pesquisa de Material – GSU-2 e, posteriormente, pela Comissão de Fiscalização do Contrato, que os aceitarão provisoriamente pela emissão do TERMO DE RECEBIMENTO E INSPEÇÃO DE MATERIAL (doc. Ref. ANEXO IV da Ordem de Serviço “E” n. 14.693/2017).

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Os materiais e equipamentos entregues fora do almoxarifado serão recepcionados por pelo menos um dos membros da Comissão de Fiscalização do Contrato, que será responsável pela verificação das conformidades, validando a aceitação destes, pela emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO PARA RECEBIMENTO DE MATERIAL FORA DO ALMOXARIFADO (doc. Ref. ANEXO V da Ordem de Serviço “E” n. 14.693/2017).

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A documentação acessória aos Termos de Recebimento será a estabelecida pela Gerência de Suprimento, bem como os demais procedimentos e prazos implicados nesse processo.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Para o pagamento de cada nota fiscal será obrigatória a apresentação do(s) citado(s) Termo(s) de Recebimento aprovado(s).

**PARÁGRAFO QUINTO** - O recebimento de materiais e equipamentos de valor superior a R\$ 150.000,00 deverá ser realizado por uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, conforme OS “E” nº 14.693/2017.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Todos os documentos mencionados nesta cláusula ficarão autuados no processo administrativo referente à contratação, bem como no processo de prestação de contas que deverá ser aberto em virtude da OS “E” nº 14.695/2017.

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – DA ACEITAÇÃO DEFINITIVA DO OBJETO**

O objeto do contrato será recebido definitivamente ao final, mediante emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA, que será produzido após a verificação da qualidade e quantidade da

totalidade do material entregue, observando-se as seguintes etapas:

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Nos casos de contratos de ATÉ R\$ 1 MILHÃO, o Gerente do Contrato solicitará à Comissão de Fiscalização designada o Formulário de Acompanhamento da Execução do Contrato (ANEXO II, IN AGE N.º 30), devidamente preenchido e assinado.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Em seguida, procederá à verificação dos Aceites Provisórios emitidos e, inexistindo impropriedades, emitirá e assinará o Termo de Aceitação Definitiva.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Nos casos de contratos de VALOR SUPERIOR A R\$ 1 MILHÃO E INFERIOR A R\$ 37,5 MILHÕES, o Gerente do Contrato, além de observar os parágrafos primeiro e segundo desta cláusula, submeterá o Termo emitido à apreciação e assinatura do Diretor da área gestora do contrato. Nesse caso, o Coordenador da Comissão de Fiscalização do Contrato também assinará o Termo de Aceitação Definitiva.

**PARÁGRAFO QUARTO** - O prazo para emissão do Termo de Aceitação Definitiva será aquele descrito no item 2.2.4 da Ordem de Serviço "E" n. 14.693/17.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DA PUBLICAÇÃO**

O extrato desta contratação será publicado no Diário Oficial do Estado, para fins de mera publicidade, e posteriormente divulgado no sítio eletrônico da CEDAE.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Após a publicação no Diário Oficial, deverá ser observado o disposto na Deliberação TCE-RJ n. 280/2017 para o envio das informações nos casos exigidos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE - LEI ESTADUAL 7.753/2017**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) de qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A CONTRATADA compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o **Código de Ética e Conduta da CEDAE**, presente no

link [www.cedae.com.br/governancacorporativa](http://www.cedae.com.br/governancacorporativa).

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à CEDAE, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A comunicação imediata à CEDAE de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da CEDAE, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

**PARÁGRAFO QUINTO** - A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no *"conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública"*.

**PARÁGRAFO SEXTO** - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituir-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

**PARÁGRAFO OITAVO** - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

**PARÁGRAFO NONO** - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

**PARÁGRAFO DÉCIMO-PRIMEIRO** - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

**PARÁGRAFO DÉCIMO-SEGUNDO** - Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

**PARÁGRAFO DÉCIMO-TERCEIRO** - As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por

meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**."

**PARÁGRAFO DÉCIMO-QUARTO** - A prática de atos de contra a Administração Pública Estadual sujeitará a **CONTRATADA** às sanções previstas na Lei Federal nº 12.846/2013, na forma do Decreto Estadual n. 46.366/2018.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO**


Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes deste Contrato, as partes elegem o foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 5 de novembro de 2020.

Pela **CEDAE**:

  
**RENATO LIMA DO ESPÍRITO SANTO**  
Diretor Presidente

  
**FERNANDO SÉRGIO MANCILHA NEVES**  
Diretor de Saneamento e Grande Operação

Pela **CONTRATADA**:

  
**GUSTAVO VILLAÇA GARCIA DE FIGUEIREDO**  
Diretor

#### **TESTEMUNHAS:**

1) Viviane Abacherli RG: 42809495-8

2) Luciane C. Fernandes RG: 41.385.293-3

Contr-INNOVATIVE-aquisição-de-hipoclorito-de-cálcio-PE-684-2020-VBO

madeira capacidade 4 t tipo agrícola cota reservada, com valor global de R\$ 139.500,00 (cento e trinta e nove mil e quinhentos reais), para o lote 15 a empresa Agroindustrial Freitas Eireli- EPP CNPJ: 21.344.856/0001-54- Carreta Agrícola carroceria Metálica, piso de madeira, molas, sem freios, capacidade mínima de 4 toneladas cota principal com valor global de R\$ 1.459.998,00 (um milhão quatrocentos e cinquenta e nove mil novecentos e noventa e oito reais), para o lote 16 a empresa Agroindustrial Freitas Eireli- EPP CNPJ: 21.344.856/0001-54- Carreta Agrícola carroceria Metálica, piso de madeira, molas, sem freios, capacidade mínima de 4 toneladas cota reservada com valor global de R\$ 162.222,00 (cento e sessenta e dois mil duzentos e vinte e dois reais), para o lote 17 a empresa Comercial Cedro Eireli ME CNPJ: 10.732.150/0001-43- Carreta pipa com capacidade mínima de 5.000l- cota principal com valor global de R\$ 2.497.998,60 (dois milhões quatrocentos e noventa e sete mil novecentos e noventa e oito reais e sessenta centavos), para o lote 18 a empresa Comercial Cedro Eireli ME CNPJ: 10.732.150/0001-43- Carreta pipa com capacidade mínima de 5.000l- cota reservada com valor global de R\$ 277.555,40 (duzentos e sessenta e sete mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e quarenta centavos), para o lote 19 a empresa Kohler implementos Agrícolas Eireli CNPJ: 92.264.472/0001-70- Grade niveladora de arrasto, tracionada através da barra de tração do trator, com 18 discos de 22 polegadas cota principal com valor global de R\$ 1.855.499,40 (um milhão oitocentos e cinquenta e cinco mil quatrocentos e noventa e nove reais e quarenta centavos), para o lote 20 fraccassado- Grade niveladora de arrasto, tracionada através da barra de tração do trator, com 18 discos de 22 polegadas cota reservada, para o lote 21 a empresa Kohler implementos Agrícolas Eireli CNPJ: 92.264.472/0001-70- Grade aradora, com 18 discos de 22 polegadas cota principal com valor global de R\$ 2.309.999,40 (dois milhões trezentos e nove mil novecentos e noventa e nove reais e quarenta centavos), para o lote 22 fraccassado- Grade aradora, com 18 discos de 22 polegadas cota reservada, para o lote 23 fraccassado- Ensiladeira de Forragem de 01(uma) linha, transmissão através de correia e polia,acionada por tomada de força de trator agrícola- cota principal, para o lote 24 fraccassado- Ensiladeira de Forragem de 01(uma) linha, transmissão através de correia e polia,acionada por tomada de força de trator agrícola- cota reservada, para o lote 25 fraccassado- triturador florestal para tratores de 75cv com rotor de dentes fixos cota principal, para o lote 26 fraccassado- triturador florestal para tratores de 75cv com rotor de dentes fixos cota reservada, para o lote 27 a empresa Comercial Cedro Eireli ME CNPJ: 10.732.150/0001-43- prensa de silagem em pacotes- capacidade de produção entre 800 a 1200 kg/h; equipada com motor elétrico de 220v cota principal valor global de R\$ 1.782.000,00 (um milhão setecentos e oitenta e dois mil reais), para o lote 28 a empresa Comercial Cedro Eireli ME CNPJ: 10.732.150/0001-43- prensa de silagem em pacotes- capacidade de produção entre 800 a 1200 kg/h; equipada com motor elétrico de 220v cota principal valor global de R\$ 198.000,00 (cento e noventa e oito mil reais), para o lote 29 fraccassado- Máquina de bater palha de canaúba com capacidade mínima de 200 milheiros/dia - cota principal, para o lote 30 fraccassado- Máquina de bater palha de canaúba com capacidade mínima de 200 milheiros/dia - cota reservada, para o lote 31 fraccassado- Plantadeira adubadeira hidráulica, 04 linhas, plantio direto e convencional, com disco de corte, com roda de profundidade e compactadora em V cota principal, para o lote 32 fraccassado- Plantadeira adubadeira hidráulica, 04 linhas, plantio direto e convencional, com disco de corte, com roda de profundidade e compactadora em V cota reservada, para o lote 33 a empresa Agropatrato Comercio- de Equipamentos LTDA EPP CNPJ: 20.963.380/000177- Distribuidor de calcário com Esteira de Travessa de no mínimo 500mm; Rotação mínima de 540 RPM; 4 pneus ; carga útil de no mínimo 3,00 m³.; Compatibilidade com trator de 75 cv. - cota principal com valor global de R\$ 1.057.488,75 (um milhão cinquenta e sete mil quatrocentos e oitenta e oito reais e setenta e cinco centavos), para o lote 34 a empresa Agropatrato Comercio- de Equipamentos LTDA EPP CNPJ: 20.963.380/000177- Distribuidor de calcário com Esteira de Travessa de no mínimo 500mm; Rotação mínima de 540 RPM; 4 pneus ; carga útil de no mínimo 3,00 m³.; Compatibilidade com trator de 75 cv. - cota reservada com valor global de R\$ 118.000,00 (cento e dezoito mil reais), para o lote 35 a empresa Cidamaq Maquinas e Equipamentos Agrícolas CNPJ 32.396.643/0001-92- Batedeira de cereais com acoplamento universal para trator, plataforma de ensaque e elevador, produção mínima de 20 sacas de 60 kg/hora cota principal com o valor global de R\$ 2.275.200,00 (dois milhões duzentos e setenta e cinco mil e duzentos reais), para o lote 36 a empresa Cidamaq Maquinas e Equipamentos Agrícolas CNPJ 32.396.643/0001-92- Batedeira de cereais com acoplamento universal para trator, plataforma de ensaque e elevador, produção mínima de 20 sacas de 60 kg/hora cota reservada com o valor global de R\$ 252.800,00 (duzentos e cinquenta e dois mil e oitocentos reais), para o lote 37 a empresa Agro Freitas - Agroindustrial Freitas Eireli- EPP CNPJ: 21.344.856/0001-54- Guincho agrícola rebocável com capacidade de carga de no mínimo 500Kg; elevação mínima 2 metros cota principal com o valor global de R\$ 154.998,00 (cento e cinquenta e quatro mil novecentos e noventa e oito reais), para o lote 38 a empresa Agro Freitas- Agroindustrial Freitas Eireli- EPP CNPJ: 21.344.856/0001-54- Guincho agrícola rebocável com capacidade de carga de no mínimo 500Kg; elevação mínima 2 metros cota reservada com o valor global de R\$ 17.222,00 (dezoisete mil duzentos e vinte e dois reais).

Em 12 de novembro de 2020  
LÍVIA MARIA LIMA DE CARVALHO  
Pregoeira

PATRICIA VASCONCELOS LIMA  
Secretário da Agricultura Familiar

## SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2020

O Estado do Piauí, através da Secretaria de Estado da Educação - SEDUC/PI dá ciência a todos os interessados que realizará o Pregão Eletrônico nº 008/2020, Processo Administrativo, SEI nº 00011.006570/2020-36, do tipo menor preço por ITEM, Regidas pelo Decreto Federal nº 10.024/2019, da Lei nº 10.520/2002 e da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Objeto: Aquisição de 2.275 Conjuntos Professor CJP - 01 e 200 Mesas Acessíveis, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Fonte de Recursos: 100 (Tesouro Estadual) - 0025(Recursos Precatório do FUNDEF), Valor Estimado R\$ 610.373,50. Datas e Horários (Brasília/DF): Abertura de Propostas (11/12/2020, 09h00min); Edital: www.comprasgovernamentais.gov.br, www.tce.pi.gov.br e www.seduc.pi.gov.br/licitacoes. Informações: Telefone: (86) 3216-3239, pregooseducpi@gmail.com.

Teresina-PI, 27 de novembro de 2020.  
LEOVÍDIO BEZERRA LIMA NETO  
Gerente de Licitações/SEDUC

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2020

O Estado do Piauí, através da Secretaria de Estado da Educação - SEDUC/PI dá ciência a todos os interessados que realizará o Pregão Eletrônico nº 009/2020, Processo Administrativo, SEI nº 00011.000498/2020-33, do tipo menor preço por ITEM, Regidas pelo Decreto Federal nº 10.024/2019, da Lei nº 10.520/2002 e da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Objeto: Aquisição de 577 quadros brancos em acrílico destinados ao desenvolvimento dos trabalhos realizados nas unidades escolares pertencentes à Secretaria de Educação do Estado do Piauí. Fonte de Recursos: 100 (Tesouro Estadual) - 0025(Recursos Precatório do FUNDEF), Valor Estimado R\$ 183.826,43. Datas e Horários (Brasília/DF): Abertura de Propostas (14/12/2020, 09h00min); Edital: www.comprasgovernamentais.gov.br, www.tce.pi.gov.br e www.seduc.pi.gov.br/licitacoes. Informações: Telefone: (86) 3216-3239, pregooseducpi@gmail.com.

Teresina-PI, 27 de novembro de 2020.  
LEOVÍDIO BEZERRA LIMA NETO  
Gerente de Licitações/SEDUC

## GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

### AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL NCB Nº 058/2020

Data: 27/11/2020 - Acordo de Empréstimo n.º: 8276-BR. 1.

O Governo do Rio Grande do Norte, através da Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças - SEPLAN, solicitou um Empréstimo do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (doravante denominado "Banco Mundial"), para o financiamento do Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte - Projeto RN Sustentável (Governo Cidadão) - Acordo de Empréstimo 8276-BR, e pretende aplicar parte dos recursos em pagamentos decorrentes do contrato para Construção de Obras estruturantes voltadas ao desenvolvimento socioeconômico do Rio Grande do Norte. A licitação está aberta a todos os Concorrentes oriundos de países elegíveis do Banco. 2. A Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças - SEPLAN doravante denominado Contratante convida os interessados a se habilitarem e apresentarem Propostas, para a realização por Empreitada por Preço Unitário, para a Contratação de Empresa especializada na área de Engenharia, devidamente credenciada junto ao CREA, para Execução de Obra e Serviços de Engenharia a serem prestados conforme Projetos referentes à Reestruturação da Rede Elétrica e de Telecomunicações da SEPLAN, na cidade de NATAL, no Estado do Rio Grande do Norte, com valor global estimado de: R\$ 1.623.342,79 (Um milhão seiscentos e vinte e três mil, trezentos e quarenta e dois reais e setenta e nove centavos). 3. O Edital poderá ser consultado na Comissão Especial Mista de Aquisições e Licitações do Projeto Governo Cidadão, localizada na Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças, Centro Administrativo do Estado - BR 101, km 0, Lagoa Nova, Natal/RN - CEP: 59.064-901 - Tel: 84 3232-1964 e adquirido, por meio do site eletrônico: [http://www.governocidadao.rn.gov.br/?pg=licitacoes\\_abertas&id=6](http://www.governocidadao.rn.gov.br/?pg=licitacoes_abertas&id=6). Os interessados poderão obter maiores informações na Comissão de Licitação ou através do E-mail: [obrasgovernocidadao@gmail.com](mailto:obrasgovernocidadao@gmail.com). 4. Informamos que publicada suspensão em 16 de junho de 2020, no Diário Oficial da União (DOU), seção 3, nº 113, pg. 123 e no Diário Oficial do Estado (DOE), fica reaberta para o dia 30 de dezembro de 2020 às 10:00 horas. As Propostas deverão ser entregues no (a) endereço acima, acompanhadas de Garantia de Proposta nos seguintes valores: R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais) no caso de Garantia ou Caução Bancária, Fiança Bancária ou Carta de Crédito Irrevogável e Cheque Administrativo; e de R\$ 243.000,00 (duzentos e quarenta e três mil reais), no caso de Seguro Garantia, emitido por uma seguradora, aceitável pelo Contratante e serão abertas às 10:05 horas do mesmo dia, na presença dos interessados que desejarem assistir à cerimônia de abertura. 5. A sessão ocorrerá na data e horário acima indicado, no auditório da Secretaria de Planejamento e Finanças, endereço já mencionado, no entanto poderá se dar por videoconferência, caso se mantenham as ordens de isolamento e medidas de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19), conforme Decreto nº 29.599, de 08 de abril de 2020, publicado em 09/04/2020 no Diário Oficial do Estado, o qual dispõe também sobre a realização de sessões presenciais de licitação e dá outras providências e manifestação da Douta Procuradoria Geral do Estado à consulta realizada nos autos do processo nº 00210043.003419/2020-11. 6. Caso a sessão ocorra por videoconferência, os licitantes serão comunicados através do site do projeto os detalhes para a participação e os procedimentos serão divulgados em tempo hábil para a viabilização da participação dos interessados. 7. O Concorrente poderá apresentar Proposta individualmente ou como participante de um Consórcio.

Natal-RN, 27 de novembro de 2020  
RONALDO BARROS PEREIRA  
Presidente da Cmel

## GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SUBSECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DE LICITAÇÕES

### EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS GCE Nº 1080/2020

Processo licitatório: 20/1300-0006086-8

Edital:0679/2020

Compromissário/Órgão gerenciador: Administração, por intermédio da SEPLAG - CELIC - Subsecretaria da Administração Central de Licitações.

Compromitente: TRIUMPH - FABRICAÇÃO DE MOTOCICLETAS DE MANAUS LTDA, com CPF/CNPJ 14.808.074/0002-44.

Objeto: 0595.0500.009997 MOTOCICLETA BIG TRAILL 88CV COM CILINDRADA MÍNIMA DE 800 CM³ BRANCA GAS. R\$ 66000,00 un

Prazo de validade: 12 (doze) meses a contar da presente publicação.

A íntegra da Ata de Registro de Preços está disponível no site [www.celic.rs.gov.br](http://www.celic.rs.gov.br) e no Departamento de Gestão de Contratos - DGCON/CELIC, situado na Av. Borges de Medeiros 1501, 2º Andar (Ala Norte) - Porto Alegre/RS.

## GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

### EXTRATOS DE CONTRATOS

INSTRUMENTO: Contrato DE COMODATO atrelado ao contrato CEDAE nº 201/2020 (DSG). PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a INNOVATIVE WATER CARE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS BRASIL LTDA. OBJETO: "o uso pela cedae, a título gratuito e com exclusividade, dos equipamentos e acessórios listados e especificados no anexo I deste instrumento, necessários para o funcionamento dos sistemas de estocagem e dosagem do produto, nas estações de tratamento de água". PRAZO: 12 (doze) meses. VALOR TOTAL: SEM VALOR. DATA DE ASSINATURA: 05/11/2020. FUNDAMENTO: PROCESSO Nº. E-12/800.118/2019.

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 201/2020 (DSG). PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a INNOVATIVE WATER CARE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS BRASIL LTDA. OBJETO: "Aquisição De Hipoclorito De Cálcio Em Tabletes Com Fornecimento De Equipamentos E Acessórios Em Regime Comodato". PRAZO: 12 (doze) meses. VALOR TOTAL: R\$ 34.125.672,00 (trinta e quatro milhões, cento e cinco mil, seiscentos e setenta e dois reais). DATA DE ASSINATURA: 05/11/2020. FUNDAMENTO: PROCESSO Nº. E-12/800.118/2019 (Pregão Eletrônico - PE Nº 684/2020).

## GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2020

Processo Nº: 19101.002205/2020.71, INTERESSADO: SESP

A CPL/RR, no uso de suas atribuições legais, torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, cujo objeto é a aquisição de aparelho GPS/GLONASS.

A abertura do certame dar-se-á no dia 11/12/2020, às 09h30 (horário de Brasília).

O edital se encontrará à disposição dos interessados nos sites: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) e [www.cpl.rr.gov.br](http://www.cpl.rr.gov.br), bem como no Protocolo desta CPL/RR, localizada na Av. Nossa Senhora da Consolata, nº 472 - Centro; CEP: 69.301-011; Boa Vista/RR, em horário normal de expediente, a partir do dia 30/11/2020. Código da UASG nº 936001.

Boa Vista - RR, 27 de novembro de 2020.  
WELLINGTON FEITOZA DOS SANTOS  
Pregoeiro

